

# ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE LEITURA E ESCRITA

Joselene Granja Costa Castro Lima <sup>1</sup>

## RESUMO

Com base em estudo teórico-reflexivo acerca da Alfabetização e Letramento, este texto pauta-se na análise das práticas de leitura e de escrita no processo de ensino aprendizagem. Leitura e escrita podem ser consideradas como parte essencial do saber, uma vez que fundamentas em inúmeras habilidades, viabilizando assim a compreensão do outro e de tudo que o cerca no mundo, bem como a construção a respeito da virtualização do texto e atualização da leitura com a possibilidade de utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no contexto escolar e fora dela. As referências textuais são os principais meios por onde é possível adquirir e formatar relativos posicionamentos, proporcionando a realização do questionamento a respeito da potencialidade da Alfabetização e Letramento na construção de Leitura e Escrita para a formação do sujeito pensante. Para a realização do presente artigo optou-se por fazer uma revisão bibliográfica, com referências baseadas em livros, artigos científicos, bem como textos publicados em endereço eletrônico e através da pesquisa documental. Tal abordagem surgiu da necessidade de conhecer melhor sobre alfabetização e letramento, compreendendo assim os processos envolvidos na construção da leitura e da escrita. Em decorrência disso, faz-se necessário verificar a interação da escola e, principalmente, o olhar docente em relação às atividades desenvolvidas em suas práticas pedagógicas.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Letramento, Leitura, Escrita, TDIC.

## 1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o governo implantou vários projetos educacionais para que o jovem, a criança e até mesmo os adultos pudessem adquirir o conhecimento e aprendizado das Letras. Infelizmente, os educadores sentem certa dificuldade em relação ao material disponibilizado, pois esse chega a ser insuficiente para que o professor possa trabalhar de forma correta, levando-o a diversas outras pesquisas de complementação, para que os discentes adquiram melhor entendimento do que seja uma produção textual e como ela pode ser aplicada no ensino do Letramento, através da prática da leitura e escrita.

O ato de ler e escrever pode ser considerado uma ferramenta para o desenvolvimento educacional do aluno, apresentando-se tanto no processo do letramento, como no desenvolvimento da compreensão acerca do currículo necessário nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa, porém é a base para a vida escolar do sujeito

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa e Redação do Colégio Estadual Edvaldo Fernandes (SEC Bahia); Graduada em Letras Vernáculas; Especialista em Psicopedagogia e em Gestão da Aprendizagem Escolar; Mestre em Ciências da Educação; E-mail: joselenegrnja@gmail.com.

aprendiz e é o início da formação de um cidadão com pensamento crítico, participação ativa e profundo conhecimento dos seus direitos e deveres, dentro e fora da escola.

O educador Freire (2006), diz:

A leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 2006, p. 11)

Há muito tempo que o Brasil tenta alfabetizar os alunos e os professores travam essa luta para alfabetizá-los dentro das suas potencialidades e conhecimentos. Sempre procurando mostrar que o caminho mais desejável é o alunado saber ler, de uma simples mensagem a um texto narrativo, por exemplo. Existe também um universo amplo para a realização da escrita, que determina um perfil determinado de leitor, capaz de produzir alguns textos, inicialmente, em sala de aula.

Atualmente, há várias práticas pedagógicas que buscam uma adequação teórica e metodológica para incorporar-se no mundo da escrita. Mas a atual conjuntura mostra o contrário, pois nem sempre essa realização tem sido alcançada na educação básica da rede pública de ensino.

Muitas vezes, o procedimento mais comum realizado pelos discentes é o resumo, passado de mão em mão, entre os colegas que não têm o menor interesse em conhecer a leitura sugerida em determinada atividade escolar, comprovando assim a defasagem desse método. O docente precisa escolher livros que tenham a ver com a realidade do público alvo, para que a leitura seja significativa e prazerosa.

Em um período conceituado do mundo digital, no qual os meios tecnológicos crescem exponencialmente, as informações são transmitidas em uma velocidade avassaladora, as pessoas que não apresentam um desenvolvido na sua capacidade de comunicação na era das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) poderão ficar à margem de todos esses benefícios e avanços tecnológicos.

Profissionais da Educação Básica com o mínimo de informação sobre textos em circulação, geralmente apresentam poucas habilidades para influenciar seu aluno para a realização de uma boa leitura, tornando-se desconhecedor de técnicas e metodologias consideradas essenciais para o processo de um aprendizado eficaz.

Alguns professores buscam evidenciar para o alunado a real importância da leitura e da escrita na construção individual, visando levá-lo a compreender que ler e escrever não são atos mecanizados, mas processos de fundamental relevância para a sua formação, presentes na base sobre a qual possibilita-se construir grande parte dos conhecimentos essenciais dos saberes da vida humana.

Estudos sobre os instrumentos de avaliação mostram que a grande maioria do estudante brasileiro apresenta uma grande dificuldade para ler e escrever. Muitos discentes passam pela escola sem desenvolverem plenamente as habilidades propostas de leitura e escrita.

## 2. METODOLOGIA

Este artigo tem o objetivo de promover a leitura e escrita no aluno a partir de estudos e considerações essenciais acerca do Letramento e da Alfabetização e assim construir uma interação entre o ato de ler e escrever, elementos básicos para o processo de ensino-aprendizagem do aluno, bem como a sua integração com o mundo digital, além de aflorar o senso crítico e prazer pela leitura.

Esta abordagem compreende o levantamento bibliográfico efetuado em pesquisa da área que aborda Alfabetização e Letramento na construção da leitura e escrita no decorrer da vida estudantil do indivíduo. Tal pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem bibliográfica, qualitativa e descritiva.

A pesquisa bibliográfica, segundo Rampazzo (2005), “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas, artigos etc.)”. Já para Gil, (2012) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Tal estudo apresenta também uma interpelação qualitativa que, segundo Reis (2008), a pesquisa qualitativa tem a finalidade de:

Analisar a interação de certas variáveis; Interpretar e dar significados aos fenômenos analisados; Descrever a complexidade de um específico problema; Compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais; Possibilitar o entendimento das possibilidades do comportamento dos indivíduos; Atribuir significados básicos aos conceitos no processo de pesquisa qualitativa (REIS, 2008, p.57).

O presente artigo apresenta um caráter descritivo como diz Rampazzo (2005):

A pesquisa descritiva é aquela que observa registra analisa e correlaciona fatos e fenômenos, sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e especialmente do mundo humano, sem a interferência do pesquisador. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e sua conexão com outros, sua natureza e suas características.

Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social política, econômica e demais aspectos do comportamento humano (RAMPAZZO, 2005, p. 53).

Isso é composto por um universo de amostras intencionais, pois foram escolhidos autores e obras a fim de mostrar como ocorre a Alfabetização e o Letramento na vida de aluno. Por tratar-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, tomaram-se como base para esta investigação as obras de alguns teóricos, tais como: BRANDÃO (2002), FERREIRO (2011), FREIRE (2006), CAGLIARI (1999), RUSSO (2012), SOARES (2004), dentre outros. Esses autores foram selecionados a partir de um estudo ao longo desses anos de carreira acadêmica e profissional.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: livros, resenhas, resumos, leituras de periódicos, consulta a sites a fim de levantar a maior quantidade possível de dados e ideias sobre o tema aqui abordado. Esses dados foram analisados de forma concisa e neutra com o propósito de expor ao leitor uma visão mais clara da Alfabetização e Letramento na Educação.

### **3. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Entende-se que os valores humanos são fundamentos morais e espirituais da consciência humana e que todo ser humano pode e deve tomar conhecimento da importância da vivência desses para alcançar a arte de viver em paz consigo mesmo, com as pessoas e com o mundo que o rodeia (MARTINELLI, 1996). Uma das causas de tantos conflitos que afligem a humanidade está na negação dele mesmo, como suporte para o desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade.

Para Martinelli (1996), não é possível encontrar o propósito da vida sem viver intensamente esses valores que estão registrados no âmago do ser humano, ainda que adormecidos na mente.

Segundo ele:

A vivência dos valores alicerça o caráter e reflete-se na conduta como uma conquista espiritual da personalidade. No dinamismo histórico, os valores permaneceram inalteráveis como herança divina em cada um de nós, apontando, sempre, na direção da evolução pelo autoconhecimento. Nesse grandioso drama humano, criado por nossos erros e acertos, os valores abrem espaço e trazem inovações essenciais para a sobrevivência da espécie e o cumprimento do papel do ser humano na criação. Vivemos tempos críticos violentos e desesperados; isso acontece devido ao fato de grande parte da humanidade ter esquecido seus valores e tê-los considerado até ultrapassados e desinteressantes (MARTINELLI, 1996, p. 15).

Sabe-se que, através do compromisso profissional, os educadores têm que incentivar seu aluno como deve proceder pela força do próprio exemplo. De acordo com Freire (1994), a educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo como uma realidade ausente dos homens.

Compreende-se que a educação libertadora visa a busca de uma relação dialética entre o educador e o educando, ou seja, ambos aprendem e ensinam mutuamente. Ainda segundo Freire (1994), o educador já não é mais aquele que educa, mas o que, enquanto educa é educado em diálogo com o educando, que ao ser educado, como será a experiência formadora do educando e transgrede os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência.

Abordando a questão da Declaração Universal de Direitos Humanos, que é uma proposta elaborada pelas Organizações das Nações Unidas, com o intuito de legitimar os direitos humanos, aponta-se que o respeito à dignidade contribui para validar a efetividade da educação, como direito fundamental e universal, onde o indivíduo é preparado para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

A Declaração Mundial também ressalta a proteção da Educação Básica e a relevância da mobilização de recursos nos setores públicos, privados e da sociedade civil, buscando priorizar a promoção educacional como prioridade. A proposta é dar uma melhor visibilidade à Educação, principalmente nos organismos internacionais, para fortalecer parcerias e atenuar o analfabetismo nos países que não conseguem atingir a meta da Alfabetização.

A partir do conceito de Direito pode-se refletir a respeito da Educação enquanto um direito social no Brasil, fundamentado pela Constituição Federal de 1988, que diz no Título VIII na Ordem social, Art.205, que a educação é um direito social, dever do Estado e da Família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo profissional, sendo responsáveis por sua gestão a esfera Federal, Municipal e Estadual, para articular e assegurar as modalidades e o desenvolvimento das ações voltadas para efetivação dos Direitos Humanos.

Diante do avanço no sistema capitalista, documentos como a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Declaração Mundial sobre a Educação são arcabouços relevantes para fundamentar a Educação como direito. Os princípios contidos nestes

documentos estão presentes na Lei de Diretrizes e Bases Educacional (LDB) elaborada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa lei prioriza a Educação Básica e tem como finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe à formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (LDB art. 22). Essa lei legitima a Educação brasileira, estabelecendo as diretrizes e base para a Educação e assegura o desenvolvimento no sistema educacional, vinculado com o processo de trabalho, sob a intervenção do Estado e a responsabilidade da família propiciar à criança e ao adolescente uma conjuntura sócio educacional voltada para a cidadania.

Assim, a LDB no Art. 2º visa que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996)

Diante dessa lei em que o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, é dever da família e do Estado prover qualidade no ensino e implementar políticas públicas que assegure às crianças e adolescentes o acesso à escola. A LDB tem consonância com os princípios da Declaração Universal sobre a Educação e os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 53,

[..] relata que a criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (ECA, 1990)

Após os processos de transformações políticas, sociais, culturais e depois das lutas e movimentos sociais, houve conquistas de alguns direitos, onde a Educação foi se aproximando da camada mais carente da sociedade, tornando-se um Direito Universal.

Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Art. 21 estabelece que a Educação brasileira seja dividida em Educação de Base e Ensino Superior. A Educação de Base divide-se em: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio.

Importante, ainda, salientar que a criança com idade de 0 a 6 anos não pode ser reprovada na escola, pelo fato de o professor considerar que ela não está apta. Logo a promoção é automática, ou seja, a criança passará para o próximo ano seguindo a sua faixa etária do respectivo ano.

#### **4. PROCESSO PARA A CONSTRUÇÃO DE LEITURA E ESCRITA**

##### **4.1. Alfabetização e Letramento**

Russo (2012) afirma que “a alfabetização consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. De um modo mais abrangente, a alfabetização é definida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e em suas variações”. Essa ação não se limita somente na obtenção dessas capacidades práticas de codificação e decodificação de leitura, mas na habilidade de interpretação, crítica e produção de conhecimento. A alfabetização cinge, também, a adição de maneiras mais modernas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral.

De acordo com Mortatti (2000), a alfabetização de um indivíduo promove sua socialização, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros indivíduos, acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais. A alfabetização é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo.

Ainda segundo Mortatti (2000):

Uma das explicações dadas para o fracasso da alfabetização no Brasil é a de que a democratização do acesso à educação, ocorrida a partir dos anos 70, levou a escola a lidar com crianças que teriam, em razão de suas condições de vida, sérias deficiências culturais e linguísticas, que acarretariam dificuldades de aprendizagem. Teriam problemas de indisciplina e não valorizariam a escola. Sua linguagem oral seria muito distante da língua escrita. Em seu ambiente familiar, não vivenciariam os usos da escrita nem conviveriam com pessoas que valorizassem esse aprendizado. Seus pais teriam pouco interesse pela escola (MORTATTI, 2000, p. 89).

Quando articuladas as diferentes facetas no processo de alfabetização, fica evidente que os objetivos, funções e a utilização da leitura e da escrita são diferentes entre as classes populares e as classes favorecidas.

Segundo Soares (2001):

Este processo de alfabetização precisa ser contextualizado, porque, qualquer sistema de comunicação escrita é profundamente marcado por atitudes e valores culturais, pelo contexto social e econômico em que é usado (SOARES, 2001, p. 128).

Portanto, a alfabetização é um processo de natureza não só psicológica e psicolinguística, como também de natureza sociolinguística. Do outro lado se tem o alfabetismo, incluindo a perspectiva histórica, antropológica, sociológica, discursiva, textual, literária, pedagógica e política; tornando-se impossível formular um conceito universal de alfabetismo sem levar a diversidade de suas relações com a sociedade.

De acordo com Coll (2013), no Brasil, por exemplo, é considerado alfabetizado (letrado) aquele que é capaz de localizar, compreender e usar informações fornecidas por diferentes tipos de textos. Em algumas sociedades, saber assinar o nome significa estar alfabetizado, isto porque, há diferentes conceitos de alfabetismo, dependendo das necessidades e condições sociais presentes em determinado momento histórico de um grupo ou cultura.

Não é possível falar de alfabetização sem referir-se a Paulo Freire, (1983) e o seu “Método de Alfabetização”, que vai além da simples alfabetização. Propõe e estimula a inserção do iletrado no seu contexto social e político, na sua realidade, promovendo o despertar para a cidadania plena e transformação social. É a leitura da palavra, proporcionando a visão de mundo. O método de alfabetização de Freire é resultado de muitos anos de trabalho e reflexões do autor no campo da educação. No processo de estudo, o alfabetizando ou o alfabetizado é estimulado a articular sílabas e formar palavras extraídas da sua realidade, do seu cotidiano e das suas vivências.

De acordo com Dias (2012),

Nesse sentido, vai além das normas metodológicas e linguísticas, na medida em que propõe as crianças que se apropriem da escrita e da palavra para se politizarem, tendo uma visão de totalidade da linguagem e do mundo. O método Paulo Freire estimula a alfabetização mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, os participantes da mesma experiência, através de tema/palavras gerador (as) da realidade dos alunos, que é decodificada para a aquisição da palavra escrita e da compreensão do mundo (DIAS, 2012, p. 24).

O leitor se formará a partir das próprias concepções que a criança tem a respeito do que são e para que serve a leitura e a escrita, facilitadas ou não pelo modo como a escola as insere no domínio deste novo conhecimento.

Segundo Soares (2001), o dicionário comete uma omissão curiosa: nele, alfabetizar aparece apenas como o ato de "ensinar a ler", não se fazendo referência ao termo "escrever". Para a autora, a alfabetização: "é a ação de ensinar e aprender a ler e a escrever", ou seja, é tornar o indivíduo apto a ler e a escrever.



A autora, ainda, considera que um sujeito alfabetizado não é aquele que é capaz apenas de codificar e decodificar símbolos, e sim aquele que, ao aprender a ler e a escrever, incorpora as práticas e funções sociais que a leitura e a escrita demandam.

Por meio de pesquisas a respeito do tema, constatou-se que alfabetização é um processo que impulsiona a aprender ler e escrever. Para Teberosky e Tolchinsky (1995), ser alfabetizado pode ser entendido sob três perspectivas ou concepções:

Na primeira, alfabetizados são aquelas pessoas que possuem habilidades básicas para se adaptar à vida moderna. Nessa perspectiva, a escrita é concebida como instrumento que os sujeitos sabem manusear para poder exercer suas atividades do dia-a-dia. Aqueles que não possuem tais habilidades são conhecidos como analfabetos funcionais, mesmo sabendo decodificar o código linguístico. A segunda perspectiva vê na utilização da escrita uma aquisição de poder político, econômico e mental. A terceira considera que o essencial para um sujeito se considerar alfabetizado é a aquisição das formas de expressão contidas nos diferentes suportes e a valorização da estética, desenvolvendo suas habilidades de expressar sentimentos, provocar ambiguidades e fazer uso da imaginação ao redigir um texto (TEBEROSKY e TOLCHINSKY, 1995, p. 45).

Alfabetizar é muito mais do que codificar e decodificar o código alfabético, por isso letramento se soma com a alfabetização e, o educador precisa saber o momento certo para articular leitura e produção de texto, fazer as intervenções adequadas para o aluno progredir, pois é uma fase de libertação, aquisição da escrita e não pode ser entendida como um recurso memorativo, alfabetizar é oferecer ao aluno a oportunidade de se expressar dando a oportunidade do mesmo construir o seu próprio conhecimento.

Concorda-se com Teberosky e Tolchinsky (1995), ao considerar a alfabetização como instrumento de poder. Para “ela, “o sujeito alfabetizado encontra-se mais preparado para viver com a sociedade, é alguém com mais poder, status”, informação consciência e com maiores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

Todos os teóricos pesquisados concordam que a alfabetização compreende o domínio sistemático das habilidades de ler e escrever, ou seja, habilidades de codificação (representação escrita de fonemas e grafemas) e decodificação (representação oral de grafemas em fonemas), mas também questionam a amplitude deste conceito, que se mostra meramente mecânico e excludente, pois deixa de fora as práticas sociais de leitura e escrita.

#### **4.2. Diferença entre Alfabetização e Letramento**

Por muito tempo, o alfabetizado no Brasil era considerado aquele que declarava saber ler e escrever, isso era interpretado como a simples capacidade de escrever o próprio nome.

Como afirma Soares (2004):

Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social (SOARES, 2004, p. 72).

Através de pesquisas atuais é que se tem reunido mudança gradual nessa concepção de ideia, onde alfabetizada é aquele indivíduo apto a fazer uma leitura e escrita de uma simples mensagem, isto é, habilitado a não somente o conhecimento de ler e escrever, mas também de desempenhar o hábito pela leitura e escrita. Há, neste sentido, um acréscimo ao estudo do que é alfabetização em relação ao letramento, passando singelo ato de saber ler e escrever, para a capacidade de utilizá-la como prática social.

Segundo a definição de Val (2006):

pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita (VAL, 2006, p. 19).

A epistemologia genética de Piaget (1982) é uma teoria construtivista de caráter interativo, entendendo o pensamento e a inteligência como processos cognitivos que tem sua base em um organismo biológico. É a partir da herança genética que o indivíduo constrói sua própria evolução da inteligência paralelo com a maturidade e o crescimento biológico da pessoa que, através da interação com o meio, desenvolve suas capacidades básicas para a subsistência, sejam elas a adaptação e a organização.

Para Vygotsky (1989) “a aprendizagem é o resultado da interação do aprendiz com o ambiente através da sua experiência, compartilhada em um momento histórico e com determinantes culturais particulares”. Esse estudo como solução desse diálogo e sapiência não é difundida de uma pessoa para outra de modo automático, mais sim por meio de atividades mentais que se realizam na relação do indivíduo com o universo

material e social. O essencial dessa perspectiva da teoria do autor é aceitar o sujeito como solução da ação histórica e social, onde a palavra cumpre o papel principal. Desta maneira, ainda, afirma Vigotsky (1989) que, “o conhecimento é um processo de interação entre sujeito e o meio, mas o meio entendido social e cultural”.

### 4.3. Conceituando Leitura e Escrita

As práticas sociais de leitura e escrita assumem a natureza de um problema relevante, porque a população, mesmo sendo alfabetizada, não dominava as habilidades básicas de leitura e de escrita necessárias para uma participação ativa na sociedade.

Conforme define a autora Ferreiro (1995) “a escrita pode ser considerada como uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras”. A escrita, também, nas concepções tradicionais de alfabetização, estão baseadas na visão de que a aprendizagem da linguagem escrita é um processo de associação de símbolos gráficos a sons da fala e, por isso, um processo mecânico de repetição de letras ou sílabas e seus respectivos segmentos sonoros, passou a ser questionada com mais intensidade (PCN, 1998).

O reiterado fracasso escolar das crianças de escolas públicas, na fase inicial de alfabetização, contribuiu para que a teoria de Ferreiro & Teberosky (1989), orientada para pressupostos interacionistas, na perspectiva psicogenética, encontra-se em campo fértil para divulgação e aceitação no meio educacional.

Tais pesquisadoras assinalaram que as elaborações construídas por elas eram as primeiras no sentido de:

[...] proceder a uma revisão completa de nossas ideias sobre a aprendizagem da língua escrita, a partir das descobertas da psicolinguística contemporânea e as primeiras a vincular esses conhecimentos "com o desenvolvimento cognitivo, tal como é visto na teoria de Piaget (FERREIRO & TEBEROSKY, 1989, p. 25).

A temática sobre leitura tem sido, por variadas ocasiões, debatida nos ambientes acadêmicos, visto que, o modo de alfabetização ocorre na prática da escrita. Para posicionar o estudo sobre leitura faz-se necessário a busca pela definição deste termo, a luz do que já foi estudado sobre a temática aqui abordada. Ainda segundo Ferreiro (2011), “leitura é o ato ou efeito de ler, arte, hábito de ler; aquilo que se ler”.

Para Brandão e Micheletti (2002), o ato de ler:

É um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de intelecção de mundo que envolve uma característica essencial e singular ao homem: a sua capacidade simbólica e de interação com o outro pela

mediação de palavras. O ato de ler não pode se caracterizar como uma atividade passiva (BRANDÃO; MICHELETTI, 2002, p. 9).

É por meio da leitura que o indivíduo se relaciona com outrem, mediante uso da palavra escrita. O sujeito que lê é um ser dinâmico que dá oferece lucidez ao texto. A mensagem escrita ganha importância a partir da atividade do leitor sobre ela. Aquilo que se lê é um método de percepção de mundo que rodeia qualidades peculiares do sujeito, levando a sua habilidade de contato com outra palavra de intervenção visível no ambiente social. Desse modo, um texto só se finaliza com a leitura mediante a atualização da linguística e da enunciação feita pelo leitor.

## **5. O PAPEL DO PROFESSOR E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA NA ERA DAS TDIC**

Os profissionais de Educação têm acesso às mais variadas ferramentas para o preparo de suas aulas, contudo, tanto o livro didático quanto textos diversificados são materiais imprescindíveis para que o estudante tenha acesso a um mundo infinito de possibilidades de conhecimento. O aluno tem contato com livros durante o período de sua formação, entretanto, diversas vezes, o livro didático acaba sendo a única ferramenta de leitura utilizada em sala de aula no processo de ensino aprendizagem. Com isso, é através da leitura que se obtém o conhecimento, incluindo, além do uso do livro didático, outras maneiras de literatura que o professor possa oferecer uma leitura que enriqueça a sua aula.

Vale ressaltar que, e em muitos casos de defasagem de leitura, a responsabilidade fica somente com o professor de Língua Portuguesa. Porém, é necessário compreender que é imprescindível ter mais influência das outras áreas do conhecimento, para adquirir o conhecimento básico e o hábito de leitura e da escrita.

De acordo com Silva (2015) a prática docente da Educação Básica da leitura não deve estar presente somente na disciplina de Língua Portuguesa, bem como, em todas as outras disciplinas acadêmicas que visam transmitir os conhecimentos, informações, cultura e valores a novas gerações. De forma resumida, ressalta-se que os professores das mais diversas áreas do conhecimento devem contribuir com participação ativa nas ações pedagógicas de incentivo à leitura e à escrita. Como essas práticas são relevantes ferramentas para ampliar os conhecimentos e promover a aprendizagem, é preciso promover o ensino da leitura e a prática da escrita, em conjunto, para que possa alicerçar o saber.

É notório que o docente tem um importante papel no processo educativo, devendo sempre assumir a postura de um verdadeiro facilitador da aprendizagem. Para isso, deve-se adotar estratégias que ofereçam oportunidades iguais a todos os alunos, reconhecendo as diferenças e limitações de cada um.

Cagliari (1999), afirma que “a educação na sua essência tem dois métodos apenas: um baseado no ensino e outro na aprendizagem e a verdadeira prática educativa serve-se de ambos, na medida adequada”. Desse modo, a declinação comum de um ou de outro transforma o processo deficitário e com prováveis desfechos e consequências. Apesar do processo para a aquisição do conhecimento de leitura e escrita está em torno do educando, o docente atua como um grande exemplo na vida do aluno, podendo atizar a sua motivação e incentivá-lo a gostar de ler e escrever, promovendo assim uma enorme inspiração no sujeito o querer aprender o conteúdo que está sendo transmitido, após reflexão e análise.

Assim como a cultura, educação é necessária para que o ser humano possa sobreviver. Para que não precise inventar tudo de novo, é preciso apropriar-se da cultura que a humanidade já produziu. Isso era relevante em tempos atávicos e hoje, na sociedade do conhecimento, é ainda mais decisivo.

O professor precisa saber, contudo, que é difícil para o aluno perceber essa relação entre o que ele está aprendendo e essa herança da humanidade. O educando que não perceber essa relação não verá sentido naquilo que está aprendendo e, portanto, não aprenderá e fará resistência à aprendizagem, tornando-se indiferente ao que o docente estiver ensinando. Só aprende quando quer aprender e só quer aprender quando a aprendizagem tem algum sentido prático.

Segundo Rubem Alves (2002):

O corpo aprende para viver. É isso que dá sentido ao conhecimento. O que se aprende são ferramentas, possibilidades de poder. O corpo não aprende por aprender. Aprender por aprender é estupidez. (RUBEM ALVES, 2002, p. 3)

Todo ser vivo aprende interagindo de acordo com o contexto. Quem dá significado ao que aprendemos é o contexto. Para o professor ensinar ele precisa dominar, além do texto, o contexto, além de um conteúdo, o significado do conteúdo que é dado pelo contexto social, político, econômico e histórico do que ensina.

O educador necessita estar atento às mudanças que o contexto midiático contemporâneo está provocando na cabeça de crianças e adolescentes. As estatísticas

dizem que, no mundo, uma criança passa quatro horas diárias em frente ao celular. No Brasil são oito horas. Em média, no mundo, a criança fica oito horas diárias na escola. No Brasil são quatro horas. E mais, os professores passam mais tempo com as crianças do que os próprios pais delas.

Quanto a isso, vale lembrar as ideias de Paulo Freire, teórico que sempre ressaltou o verdadeiro sentido da docência e a responsabilidade do professor na condução do processo de ensino-aprendizagem. Freire (1996), por sua vez, em suas obras, mostra que “ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”. Ao defender que o aluno é o foco de todo o processo pedagógico, o autor mostra a necessidade e importância do docente considerar o aluno como sujeito e não como objeto da ação educativa, defendendo o diálogo como método fundamental para a construção do conhecimento.

Como educador Freire (1994) lembra que “não há docência sem deiscência”, defendendo sempre a ideia de que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. O autor defende que o aprendiz precisa ser capaz de recriar ou de refazer o ensinado e que o professor democrático não pode negar-se ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.

Vygotsky (1989) também se ocupou em desvendar os mistérios do desenvolvimento humano ressaltando o peso das interações sociais como fonte de cognição e do comportamento do homem quando formulou a sua teoria sociocultural. Para esse teórico, “o ser humano desenvolve-se interagindo com o meio em que se encontra inserido, mediante contato, comunicação, assimilação de valores e práticas”, isto é, compartilhando cultura. Na sua visão, no contexto geográfico e cultural tem importância decisiva no desenvolvimento humano, destacando-se aí a influência do processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo. Além de defender que “na ausência do outro, o homem não se constrói homem” (Rev. NOVA ESCOLA, 2008, p. 92).

Assim, para dar conta da sua missão, o professor precisa se qualificar permanentemente, recebendo formação inicial e continuada para que esteja apto a

desenvolver estratégias adequadas ao contexto, estimulando o potencial dos alunos e facilitando a superação das suas dificuldades de aprendizagem.

O professor é um dos principais responsáveis na formação de leitores e tem o dever de oferecer diversas formas de leitura para incentivar os seus alunos, além da clássica prática de leitura impressa, com os avanços tecnológicos não se pode negar a influência da leitura no meio digital que atrai as novas gerações pelo fator de estar atrelada as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), o que pode aumentar o interesse e influenciar na sua motivação de ler e escrever.

Fernandez (2009), afirma que:

Hoje, observo que estamos diante de múltiplas textualidades, maneiras de ser leitor e de ler coexistindo em distintos espaços que a humanidade transita. A internet acoplada ao computador vem se constituindo num dos ambientes no qual a tríade leitor-leitura-texto está a cada dia que passa sendo predelineada e ressignificada, requerendo de nós, professores e pesquisadores, um olhar aguçado para compreendermos os diversos meandros e matizes dessa relação (FERNANDEZ, 2009, p. 01).

A leitura digital consiste em qualquer leitura feita em uma tela digital, por meio da Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), tais como computador, tablet, celular entre outros objetos da era digital, sendo diferente do método tradicional da leitura impressa, entretanto, vale ressaltar que não importa qual a maneira a ser usada na sala de aula, ambas necessitam da mediação do professor.

Ao mencionar acerca das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) é pertinente afirmar que são todos os artefatos culturais presentes no cotidiano das pessoas, já que se há um forte hábito de uso desses recursos. No ambiente da educação percebe-se que a tecnologia influencia no aprimoramento e dinamização das ações pedagógicas possibilitando assim uma nova forma de trabalhar o desenvolvimento da prática de leitura.

Hoje em dia é quase impossível viver sem elas, pois já fazem parte do cotidiano, da maioria das pessoas e ditam as regras no modo como vivem, aprendem, pesquisam, se comunicam e se relacionam. Com apenas um comando, é possível pagar contas, marcar consultas, realizar compras, cruzar fronteiras, conhecer pessoas, estabelecer redes sociais, enfim, é possível realizar inúmeras tarefas. Ao discorrer sobre esta questão, Manuel Castells (1999), em sua obra Sociedade em Redes, afirma que “um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais a mesma língua universal digital está movendo a integração global da produção e distribuição de palavras” (CASTELLS, 1999, p. 40).

Segundo Zuin (2010):

Numa sociedade em que a tecnologia ocupa posição decisiva, a ponto de ressignificar as configurações das relações humanas em todas as esferas, a discussão dos eixos direcionadores das futuras políticas públicas de educação não pode abster-se de uma análise mais apurada sobre o modo como as atuais relações de produção determinam transformações cada vez mais aceleradas na esfera da superestrutura e, portanto, nas instituições que as compõem, principalmente as escolares (ZUIN, 2010, p. 977).

## 6. O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA

A escola tem um papel muito importante, não só na qualidade no ensino, mas no desenvolvimento e preparação do aluno na vida social. Portanto, não pode ser uma instituição de exclusão social. Assim “a desigualdade social não repercute apenas nas condições de vida, mas se manifesta, também, na distribuição desigual de oportunidades educacionais”. (ALBUQUERQUE apud FERREIRO; TEBEROSKIY apud MORITA, 1989, p. 77).

Entende-se como letramento uma ferramenta de valores social e cultural, onde dissociar a prática de leitura da escrita, de suas utilidades e afins se transforma em algo incoerente, pelo fato de vida na escola e letramento caminharem de maneira conjunta.

Desse modo, KLEIMAN (2001), afirma que:

(...) desde que a escola acolheu o papel de transferir à “todos” a escrita alfabética, se tornou quase impossível desfazer a mescla ideológica entre letramento, capacidades (cidadãs e cognitivas), bem falar e escolaridade – seja para o senso comum, seja para a elaboração científica sobre o tema. (KLEIMAN, 2001, p. 25).

Cabe então à escola criar um ambiente acolhedor e propício a aprendizagem do aluno, estimulando o desenvolvimento das suas potencialidades e a aceitação de suas limitações, o que exige constante monitoramento da prática educativa, avaliando os seus resultados, para que possa renovar-se permanentemente.

A escola que almeja educação de qualidade precisa ver o aluno como um ser integral e propiciar o seu desenvolvimento em todas as dimensões: pedagógica, cultural, social, psicológica, inserindo o aluno no seu tempo e lugar. É preciso que a escola seja um verdadeiro espaço de integração, de crescimento intelectual, emocional e afetivo.

É importante que o ambiente escolar promova adaptações necessárias e criativas para o melhor aprendizado do aluno, especialmente, na parte pedagógica, promovendo a



formação continuada do professor para que ele possa adotar estratégias e metodologias de aprendizagem que atendam às boas técnicas de leitura e escrita dos alunos.

## **7. DISCUSSÃO**

Esta pesquisa surgiu da necessidade de reflexão a respeito de Alfabetização e Letramento, compreendendo assim os processos envolvidos na construção de leitura e escrita. Em decorrência disso faz-se necessário verificar o olhar docente acerca das atividades de leitura e escrita, desenvolvidas em suas práticas de ensino, pois muitos estudantes nem ao menos sabem ler (analfabetos funcionais), tornando assim de fundamental relevância o papel do professor para mudar essa realidade.

Conforme Mey (2010), historicamente, as discussões sobre a alfabetização se organizaram em torno da eficácia dos processos (analítico, sintético, analítico-sintético) e dos métodos (silábico, fônico, global). Posteriormente, com a divulgação dos estudos sobre a psicogênese da Língua escrita, assistiu-se a um abandono da discussão sobre a eficácia dos processos e métodos. Como caracteriza-se, hoje, o estado da discussão sobre a metodologia da alfabetização.

Percebe-se ainda que o sujeito não precisa somente saber ler e escrever, mas desenvolver a leitura e a escrita no meio em que vive, encaixando-se cada vez no seu cotidiano social. A cada dia mais a sociedade tem o dever de praticar o hábito de leitura e escrita, não apenas pelo papel cultural que exerce, mas para auxiliar na construção de um novo conhecimento a respeito de Letramento e Alfabetização. Para isso é essencial que um indivíduo seja capaz de ler não apenas frases, mas livros, textos longos, sendo considerado um sujeito alfabetizado e não somente letrado.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo oportunizou uma maior compreensão sobre a construção de leitura e escrita no processo de Alfabetização e Letramento. Como produto deste estudo concorda-se que as práticas escolares sejam salientadas no desenvolvimento da aprendizagem, precisando haver ações que incentivem a prática de leitura e escrita, tendo a participação ativa do professor que vai despertar no aluno o interesse pelo hábito de ler e escrever. Baseado nisso, se faz necessário que leitura e escrita sejam vistas como processo educativo, uma vez que elas estão relacionadas ao aperfeiçoamento do

vocabulário, ao desenvolvimento de habilidades da oralidade e de raciocínio, bem como à reflexão, análise e interpretação do sujeito.

Disto exposto, precisa haver ações que incentivem a prática de leitura e escrita na escola, com a participação de professores e de toda comunidade escolar que podem contribuir no despertar e na sensibilização do aluno para obter o interesse pelo processo.

Portanto fica claro que o processo de desenvolvimento de Alfabetização e Letramento na construção do hábito da leitura e escrita está diretamente ligado à qualidade de aprendizagem do discente. Este fato fica evidente quando observa-se que o aluno que ler mais tende a apresentar melhores resultados em todas as disciplinas. Devido e extensão que se referem assunto proposto, fica aberto para o desenvolvimento de novos estudos com esse tema amplamente abordado.

Todas as constatações feitas sobre Alfabetização, Letramento, Leitura e Escrita procuram demonstrar que é a construção de sentidos na produção e/ou recepção de textos que põe a língua, e seu funcionamento, como parte essencial nas práticas escolares.

Por fim, é necessário, também, analisar os novos e variados suportes textuais que podem promover escrita e leitura de maneira tecnológica e ainda desmistificar a ultrapassada a concepção de Educação, cuja aprendizagem está centrada na relação professor - aluno e somente no âmbito escolar. Nesta perspectiva, o aprendizado de leitura e escrita precisa ser construído para novos espaços, tais como ambientes cibernéticos, além dos muros escolares.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **O preparo do educador**, In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) *O Educador Vida e Morte*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- BRANDÃO, Helena H; N. MICHELETTI, Guaraciaba. **Teoria e prática da leitura**. In: Coletânea de textos didáticos. Componente curricular Leitura e elaboração de textos. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, 2002.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA** Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília/ DF: MEC, SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias da Educação Nacional**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Acesso em: 10 abril 2020.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **O ensino e a aprendizagem: os dois métodos**. In: Alfabetização sem o ba-be-bi-bo-bu. São Paulo. Scipione, 1999.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COLL, César. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2013

- DIAS, Ruth Joffily. **O Cotidiano na Pedagogia de Freinet**. Série Ideias n. 2. São Paulo: FDE, 2012.
- FERNANDEZ, Marcela Afonso. **Percursos e Estilos de Leitura – Navegação nas M Redes Digitais**. 2009.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução Horácio Gonzalez (et. al.). \_24 ed. São Paulo: Cortez. 1995.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**, São Paulo: Cortez, 2011
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 6. Ed. Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 48ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GIL, Antônio. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas. 2012.
- KLEIMAN, Ângela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- MARTINELLI, Marilu. **Aulas de Transformação: O Programa de Educação em Valores Humanos**. 5. ed. São Paulo: Peirópolis, 1996.
- MEY, Jacob. **As vozes da sociedade: seminários de pragmática**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: UNESP, CONPED, 2000.
- PIAGET, J. **O Construtivismo na sala de aula**. 3ª ed., SP: Ática, 1982.
- RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica - para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2005.
- REIS, Linda G. **Produção de monografia: da teoria à prática**. 2 ed. Brasília: Senac, 2008.
- Revista NOVA ESCOLA**, Edição Especial. Grandes Pensadores. Fundação Victor Civita, São Paulo: Editor abril, julho /2008.
- RUSSO, M.F. **Alfabetização: um processo em construção**. 6 eds. São Paulo: Saraiva, 2012
- SILVA, Ezequiel Teodoro. **Conferências sobre leitura-trilogia pedagógica**. Campinas /SP: Autores Associados, 2015.
- SOARES, M. **A necessidade de ler**. TV Escola, Brasília, n. 2 – Ag. – set., 2001.
- SOARES, Magda. **Letramento e Alfabetização as muitas facetas**. Revista brasileira de Educação, São Paulo, 2004.
- TEBEROSKY, A. e TOLCHINSKY, L. **Além da alfabetização**. São Paulo: Ática, 1995.
- VAL, Maria G. C. O que é ser alfabetizado e letrado? In: Carvalho, Maria A.& Mendonça, Rosa H. (org.). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Del Arte**. Barcelona, Barral Editores, 1989.
- ZILBERMAN, Regina. **Fim do Livro, fim dos Leitores**. São Paulo, 2013.
- ZUIN, Antônio. A. S. **O Plano Nacional de Educação e As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação**. In: Revista de Ciência da Educação. Caminhos na Construção do Plano Nacional da Educação: Questões Desafiadoras e Embates Emblemático. Nº 112 V. JUL/SET - 2010.